



# A entrevista na História Oral: notas sobre intersubjetividade e relação historiador-depoente

Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik\*

ORCID iD0000-0002-0366-2830

Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

**Resumo:** A partir da minha pesquisa de doutorado intitulada *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1994-1990)*, publicada em 2019, procuro trazer diálogos do campo da Teoria da História e da Psicanálise para o campo da História Oral. Abordo temas como escuta efetiva, valorização da alteridade, processos identificatórios, subjetividade do historiador, ressignificação e memória no contexto das entrevistas e da análise das fontes transcritas. Se nos deparamos com o fato de que é impossível manter-se como sujeito neutro no processo da pesquisa e escrita histórica, de que maneira essas questões podem implicar na História Oral?

**Palavras-chave:** Entrevista. Intersubjetividade. Historiador-depoente.

## The interview in Oral History: notes on intersubjectivity and the historian-deponent relationship

**Abstract:** From my doctoral research entitled *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1994-1990)*, published in 2019, I seek to bring dialogues from the fields of Theory of History and Psychoanalysis to the field of Oral History. I address themes such as effective listening, valuing otherness, identifying processes, the historian's subjectivity, reinterpretation and memory in the context of interviews and the analysis of the transcribed sources. If we are faced with the fact that it is impossible to remain a neutral subject in the process of historical research and writing, how can these questions imply in Oral History?

**Keywords:** Interview. Intersubjectivity. Historian-deponent.

---

\* Psicanalista e doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: [carmemsk@gmail.com](mailto:carmemsk@gmail.com).

## O cronista e o artista

Em 2012, o periódico *História da Historiografia* publicou um artigo da historiadora Sabina Loriga, intitulado “O eu do historiador”. Nele, a autora questiona qual seria a distância que o historiador deveria tomar em relação ao passado e em que medida esses profissionais projetam sobre o passado suas próprias fantasias, interesses e preconceitos. A escolha dessas perguntas, diz Loriga, visa retomar o antigo debate entre a “objetividade” e a “subjetividade” na escrita histórica.

Esse debate é inerente ao processo de profissionalização do historiador que ocorreu em países europeus no século XIX. Na França, Jules Michelet distinguia dois tipos de historiadores: o cronista e o artista. Enquanto o primeiro anula-se em sua escrita, o segundo acrescenta-lhe um pouco de si: “se há aí uma falha, devemos reconhecer que ela nos ajuda. O historiador desprovido, que, ao escrever, procura apagar-se, não existir, seguir por trás da crônica contemporânea, não é, de maneira alguma, historiador” (Michelet, 2002 *apud* Loriga, 2012, p. 248).

Na Alemanha, Leopold Van Ranke propôs uma concepção diferente ao trabalho do historiador. Contra a ideia de que a história tivesse uma visão moral, Ranke defendia intensamente o valor da imparcialidade, o afastamento das paixões e o arrefecimento do “eu” do historiador: “Eu gostaria de apagar, de alguma forma, o meu eu e deixar as coisas falarem e fazer aparecer [...]” (Ranke, 2002 *apud* Loriga, 2012, p. 249). Ranke ainda defendia a ideia de que o passado não fosse assimilado ao presente, que se evitassem os julgamentos e que se tirasse do passado ensinamentos para o futuro. Livre da subjetividade do pesquisador, a história podia, enfim, aspirar a se constituir em um saber seguro, estável, confiável e verdadeiro.

A recomendação de que o historiador deve tratar os acontecimentos do passado de forma imparcial, distante e objetiva propagou-se nas últimas décadas do século XIX, especialmente na França. O mais metódico historiador desse tempo, Numa Fustel de Coulanges, retomou a questão em diversas ocasiões. Na sua aula inaugural, na Universidade de Estrasburgo, invocava o combate à tentação de “levar para o estudo do passado nossas ideias, nossos sentimentos, nossas preferências” (Hartog, 2001, p. 354 *apud* Loriga, 2012, p. 250). Ele repetiu tal argumentação em sucessivos estudos: a história não é uma arte, também não é um tipo de anexo moral, e o historiador devia cultivar a imparcialidade, o distanciamento e o estilo imparcial (Loriga, 2012, p. 250).

Coulanges deixou herdeiros de seu pensamento. Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos passaram a repetir e disseminar as ideias do mestre. A história possui um espírito científico e por isso deveria seguir todas as regras da objetividade e da imparcialidade. Para que o passado fosse compreendido da maneira mais fiel possível, o historiador devia desaparecer, tornar-se neutro. Assim, a profissionalização da história no final do século XIX e o regime universitário que selou seu desenvolvimento corresponderam a uma contenção do sujeito que fazia a pesquisa e escrita histórica.

Como afirma Christophe Prochasson, o discurso do historiador é o do distante, do ausente, talvez o do morto (Prochasson, 2002, p. 210-211).

Apesar desse discurso ter seduzido gerações inteiras de historiadores, ele encontrou objeções. Loriga traz para sua análise a fala do historiador belga Henri Pirenne que, em 1897, propôs a “história-narrativa”. Esta, para ele, seria a escrita do passado em sua realidade viva, bem como a única história verdadeira, alimentada pelas inquietudes do seu tempo. Uma das suas maiores reivindicações diz respeito ao peso do presente e ao fato de que o historiador não é um sujeito desinteressado. “Qualquer coisa que ele faça, o espírito público do seu tempo reage sobre ele. [...] O historiador é dominado, sem perceber, pelas ideias religiosas, filosóficas e políticas que circulam ao seu redor” (Pirenne, 1897 *apud* Loriga, 2012, p. 251).

Nas primeiras décadas do século XX, outros historiadores retomaram essa discussão. Para o americano Charles Beard e o italiano Benedetto Croce, a história surge diretamente da vida, isto é, só uma preocupação da vida presente pode nos levar a compreender o passado. Cada historiador é o produto de sua época e sua obra reflete as questões do seu tempo, de sua nação, de sua raça e do seu grupo social. Enfim, das suas motivações e inquietudes. No período em que Croce viveu, seria muito improvável ele inserir a dimensão de gênero, a qual está cada vez mais em evidência nos estudos históricos. Logo, para além das diferenças que regem o pensamento desses três últimos historiadores, a visão do conhecimento histórico proposta por eles parece marcada pela lógica do pertencimento temporal.

Hoje, nenhum estudante acredita verdadeiramente que os textos de Bossuet, de Gibbon, de Mommsen ou de Bancroft poderiam ser reescritos da mesma maneira. Cada estudante de história sabe que, na seleção e na disposição da documentação, seus colegas tinham sido influenciados por suas preferências, seus preconceitos, suas crenças, suas emoções, sua educação geral, assim como por sua experiência, em particular, social e econômica. (Beard, 1933 *apud* Loriga, 2012, p. 252).

Nas últimas décadas do século XX, essa ideia foi retomada pelos adeptos da virada linguística, a *Linguistic Turn*. Além de reforçar as características retóricas da escrita histórica, de definir a história como um gênero específico da ficção narrativa, de avaliar as pesquisas segundo os critérios da crítica literária, historiadores sustentaram que a narração histórica é apenas uma projeção do pesquisador. Parte-se do princípio de que o historiador está sempre “posicionado” e, como afirmou Keith Jenkins, cada ato de compreensão é sempre uma construção, uma autorreferência (Jenkins, 2011). Nesse ponto da discussão, Loriga conclui que “o historiador não é nada além do produto de suas inscrições sociais: classe social, área cultural, gênero, etc.” (Loriga, 2012, p. 253).

Loriga aponta em sua análise uma reflexão que Bonnie Smith (2003) já destacara: o gênero como um elemento influenciador da prática histórica. Apesar de ter citado pelo menos três elementos que subjazem o trabalho histórico (classe social, cultura e

gênero), Loriga não aprofunda essa última categoria, pois incursiona suas discussões para um possível equilíbrio entre objetividade e subjetividade do historiador. Aliás, com exceção da obra de Smith, não se tem análises sobre as possíveis articulações entre o historiador, a historiadora, suas obras e alguns dos registros que atravessam suas vidas, como gênero e classe.

As análises feitas acerca da identidade do historiador, as quais partem do campo dos estudos historiográficos e da Teoria da História (Certeau, 2011; Rüsen, 2010; Jenkins, 2011), tendem a analisar os historiadores e suas obras dentro de um contexto acadêmico institucional e de espaços sociais produtores do conhecimento histórico, como se esses lugares fossem neutros e não atravessados pelas variantes mencionadas. Até mesmo Bourdieu (2013), que define a academia como um campo longe de ser neutro, limita-se a identificar nesse espaço apenas as posições sociais e os capitais culturais pertencentes aos seus agentes.

Trouxemos essa discussão por uma razão: como se mostrou, a noção da suposta neutralidade do historiador é antiga e conclui-se que ela é difícil de ser alcançada não só porque esse profissional está sujeito ao seu tempo, mas porque ele traz sua própria autorreferência ao fazer história. Apesar desse tipo de reflexão não causar tantas objeções hoje em dia, é muito raro encontrar análises que articulem algumas das dimensões citadas com a profissionalização, a prática histórica e o resultado final desse trabalho, a obra. De fato, dimensões como raça, gênero, classe, geração não são problematizadas nos estudos voltados ao campo acadêmico e às trajetórias dos sujeitos historiadores.

Se nos deparamos com o fato de que é impossível manter-se como sujeito neutro no processo da pesquisa e escrita histórica, de que maneira essas questões podem implicar na História Oral? Desde a escolha do tema, dos depoentes, do roteiro de perguntas, das entrevistas, da escuta efetiva, das transcrições e, sobretudo, da análise das fontes, como o “eu” do historiador se inter-relaciona com essas dimensões? Na minha percepção, o campo da História Oral é um dos campos metodológicos e disciplinares da História que está mais sujeito a receber as marcas do historiador. Destacamos, em primeiro lugar, que existe um encontro intersubjetivo entre o entrevistador e o entrevistado (a fonte viva), momento este que é marcado por sentimentos, afetos, assombros, projeções, transferências e inseguranças de ambas as partes. Em segundo, após a transcrição, temos uma fonte que se torna exclusivamente singular em suas características: encontramos lapsos de memória, tergiversações, silêncios, respostas curtas e insípidas, longos discursos, repetições desmedidas, mudanças bruscas do tema, relatos bem ordenados e cristalinos, etc. São múltiplas possibilidades que tensionam o trabalho analítico e interpretativo do historiador. Além disso, é necessário nos atentar com esmero na observação acerca das feições, dos gestos, da postura corporal, do tom da voz e tudo que diz respeito às atitudes do depoente no breve momento da entrevista. É o nosso olhar que perpassa todos os túneis, corredores e lugares que vão muito além de uma fonte escrita em determinado espaço e período determinados. E

como é o nosso olhar? Como é a nossa escuta? Como é a nossa análise e interpretação? Seríamos, de fato, bons entrevistadores e ouvintes?

## A escuta: para além do óbvio

A primeira incumbência do pesquisador de História Oral é escutar e escutar cuidadosamente. Embora isso já tenha sido enfatizado por diversos autores, há surpreendentemente poucos bons ouvintes no mundo da História Oral. Por que isso? Existem muitos motivos, alguns são simplesmente pessoais enquanto outros são mais estruturais, mas uma das razões mais importantes é que nossa tendência é ouvir tudo em relação a nós mesmos e aos objetos específicos de nossas pesquisas. Desejamos logo ouvir “aquela resposta” que sustentaria nossas hipóteses levantadas preliminarmente. Quando alguém nos conta uma história ou um fato, pensamos em uma história similar de outros depoentes, ou histórias contadas pelos livros, filmes e documentários. Começamos também a pensar em coisas que nos aconteceram, ou que aconteceram com algum familiar, e que nos permitem “relacionar” com a experiência da outra pessoa, para “saber” como deve ter sido, ou pelo menos imaginar como sentiríamos se estivéssemos no lugar do outro.

Em outras palavras, *a maneira como escutamos está em grande parte focalizada em nós mesmos e nos nossos desejos enquanto pesquisadores*— nas nossas próprias experiências de vida, em nossos sentimentos semelhantes, nas nossas perspectivas e nas nossas crenças culturais. Quando conseguimos localizar nossas experiências, sentimentos e perspectivas que nos remetem à outra pessoa, acreditamos que nos “relacionamos” com aquela pessoa: durante a entrevista podemos dizer coisas como, “Entendo o que você quer dizer”, “Sim, claro”, “É”, “Entendi”, “Sinto por você”, ou (talvez bem menos) “Fico feliz por você”. Nessa hora, nos sentimos solidários, empáticos ou sentimos pena pelo outro que se parece (ou não) conosco; “Deve ter sido doloroso (ou maravilhoso) esse fato que aconteceu com você”, dizemos, imaginando a dor (ou a alegria) que nós mesmos poderíamos ter naquela situação. Nas relações intersubjetivas, diríamos que essas questões referem-se à qualidade de ser empático.

Quando não conseguimos localizar as experiências, sentimentos ou perspectivas que se assemelhem com as do “outro”, que tomamos como exemplo, temos a sensação que *não* entendemos aquela pessoa. De fato, podemos achar a pessoa estranha, se não tola, confusa ou irracional. Além disso, saímos frustrados da entrevista achando que ela não foi boa o suficiente, uma vez que o depoente não falou aquilo que esperávamos ouvir. Afinal, onde está a experiência histórica, de preferência límpida e cristalina, que almejamos conhecer? Se ela não vem tão fácil, representada por uma fala objetiva e direta, talvez isso indique que não fomos capazes de ouvir os pormenores, interpretar os

problemas e as confusões, elaborar outras perguntas que não estavam inicialmente no nosso *scripte*, finalmente, almejar outras leituras e interpretações das fontes transcritas.

Vou sugerir um exemplo para mostrar como isso pode acontecer. Alguns anos atrás, quando pesquisei as vidas e as trajetórias de historiadoras e historiadores brasileiros de duas gerações (Liblik, 2019), uma das perguntas que norteavam minha problemática e que foi lançada aos meus depoentes nas entrevistas foi: homens e mulheres historiadores fazem uma História diferente? Existe uma mirada feminina na produção do conhecimento histórico?

A pergunta feita às historiadoras e aos historiadores se aproxima do polêmico questionamento introduzido por Michelle Perrot na década de 1980: existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, diferente da masculina? Perrot (1989) respondeu simultaneamente sim e não. Sim, porque entendia que há um modo de interrogação próprio do olhar feminino e um ponto de vista específico das mulheres ao abordar o passado. Não, em se considerando que o método e a forma de trabalhar e procurar as fontes não se diferenciavam do que ela própria havia feito antes, quando estudou o movimento operário francês.

Desse modo, as argumentações de grande parte dos nossos entrevistados aproximam-se do ponto de vista de Perrot. Avaliam a história como um campo que tem suas próprias regras, métodos e critérios de cientificidade que estariam desarticulados de qualquer inscrição social, cultural e de gênero. As “regras do campo”, a metodologia e a prática histórica seriam dotados de uma neutralidade e objetividade, inerentes às exigências do campo científico. Além disso, é notável nos depoimentos a presença da noção de competência. Os dois grupos responderam que “as mulheres são tão competentes quanto os homens”, indicando o quanto o lugar da diferença é primeiramente pensado na oposição entre capacidade e incapacidade, aptidão e inaptidão, conhecimento e ignorância.

As dificuldades de analisar e compreender suas formulações a respeito do gênero vieram depois, tendo em vista a presença de respostas confusas e multifacetadas, fazendo com que, num primeiro momento, eu viesse a desistir de organizar e interpretar essas falas. Mas prossegui. Enquanto um grupo de historiadores encerrou brevemente a discussão ao afirmar que não existem diferenças entre mulheres e homens quando fazem/escrevem história, outro grupo localiza a diferença ao destacar a presença do gênero como categoria analítica e a escolha de determinados temas trazidos para o campo historiográfico. A história das mulheres e das crianças, o mundo privado e doméstico, a sexualidade, a maternidade, a loucura, a saúde seriam temas pesquisados, em grande parte, pelas historiadoras. Para esse grupo de pessoas, as preocupações que atingem cotidianamente as mulheres são projetadas nos olhares e questionamentos de suas pesquisas, havendo, portanto o que se poderia chamar de um registro feminino. As razões que esse grupo oferece são duas: (1) as mulheres têm uma sensibilidade que lhes é natural e por isso são direcionadas a esses temas (justificativa assentada no viés

biologizante e essencialista); (2) as experiências de vida e os papéis sociais/sexuais, atravessados pelo gênero, podem influenciar as preferências temáticas.

Uma questão a se complementar nessa discussão é a pluralidade de percepções acerca do conceito de gênero e por isso se deu a dificuldade inicial de interpretar o que foi narrado. Historiadores e historiadoras, além de historiadoras feministas, apresentam discursos diversificados, por vezes confusos e até mesmo contraditórios. Noções como gênero, epistemologia feminista, papéis sexuais/sociais, sexo, feminino, masculino e diferença são articulados de acordo com suas próprias crenças, valores e representações. Não é o nosso propósito estabelecer um julgamento das análises elaboradas pelas pessoas entrevistadas. Cada uma delas reflete sobre as trajetórias pessoais e profissionais percorridas, as sociabilidades constituídas, as leituras realizadas, o tipo de aproximação e compreensão que tiveram (e têm) com os estudos de gênero, crítica feminista e a história das mulheres. Em muitos casos, é notória a ausência do gênero como elemento de compreensão dos processos históricos, sociais e de vida pelos quais passaram, justamente porque esses historiadores e historiadoras partem de outras categorias e olhares para descrevê-los.

Um exemplo disso é a dimensão de classe, cujo registro eu não priorizei na minha problemática inicial, não colocando-o no rol das perguntas a serem investigadas. Mas foi preciso ouvir e ler com atenção todas as partes das entrevistas em que esse registro aparecia de forma muito recorrente para explicar diversas situações. Muitos desses profissionais sentiram-se mais à vontade em narrar suas histórias de vida a partir da perspectiva de classe se comparado com a perspectiva de gênero. Enquanto a condição de ser homem ou de ser mulher é naturalizada, a posição de classe não, pois tendem a lembrar-se de histórias de difícil superação, tanto deles quanto de suas famílias. Ou seja, devido às origens familiares relativamente modestas, ter sucesso e prestígio profissional foi um marco muito importante em suas trajetórias. As condições de trabalho, a remuneração, as conquistas profissionais que lhes asseguraram uma nova e segura posição social são apresentadas de maneira mais segura e menos naturalizada por eles. Provavelmente essa forma de narrar a própria vida está intimamente ligada às suas orientações no campo teórico e historiográfico. Não seria de todo impossível afirmar que aqueles que foram influenciados pela teoria marxista e se encontram no campo da História Social são exemplos dessa interpretação.

Procuramos mostrar o quanto a reflexão acerca da diferença entre mulheres e homens na produção do conhecimento histórico causa desconforto e incertezas, pois esse tipo de questionamento confronta uma representação identitária bastante consolidada. Se num primeiro momento a tendência é oferecer uma resposta afirmativa, em sequência percebe-se a dificuldade de localizar e verbalizar a diferença, bem como elaborar uma reflexão sobre o campo historiográfico, no qual noções como gênero, identidade de gênero, papel sexual/social, masculinidade e feminilidade o transformam numa zona borrada, quicá de múltiplas identidades.

## Alteridade, empatia e excesso de empatia

Quando o depoente não age da mesma forma que nós, não reage às situações como nós ou não dá o mesmo valor às experiências que nós damos conforme a nossa problemática, ficamos geralmente perplexos, incrédulos, ou até mesmo espantados. Na verdade, frustrados, porque nos preocupamos com a maneira com que iremos articular aquela fala com as dos outros entrevistados e com nossos objetivos iniciais. Somos inclinados, nessas situações, a tentar corrigir as perspectivas do outro (às vezes até por meio da escrita, suprimindo e omitindo informações das nossas análises); talvez a persuadir a pessoa a ver as coisas da maneira como a vemos (basta fazer repetidamente perguntas tendenciosas), pois queremos que o entrevistado sinta o que nós sentiríamos se estivéssemos naquela situação ou que responda, de maneira direta e objetiva, as nossas questões. Nos casos mais extremos, simplesmente julgamos, inconscientemente, o depoente após o término da entrevista, quando nos direcionamos ao nosso lar: como pode alguém acreditar, agir ou sentir dessa maneira?

Colocando de forma mais simples, *em relação ao modo como geralmente escutamos, deixamos passar ou rejeitamos a alteridade*. Raramente escutamos o que torna única a história contada por outra pessoa, específica apenas para aquela pessoa. Rapidamente assimilamos às histórias que ouvimos dos outros depoentes, ou que poderíamos contar sobre nós mesmos, omitindo as diferenças entre a história contada e aquela que nos é familiar (ou mais próxima do que gostaríamos que fosse). Apressamo-nos, por meio da escrita histórica, para encobrir as diferenças e registramos uma história parecida com todas as outras, se não idêntica. Na pressa para identificar as experiências dos outros, e construir alguma coisa em comum, forçosamente igualamos as histórias que são normalmente incompatíveis, reduzindo aquilo que estamos escutando ao que já conhecemos. O que achamos mais difícil de ouvir é o totalmente novo e diferente: pensamentos, experiências e emoções que são muito diferentes do que a maior parte das entrevistas apontam, e até de qualquer pessoa que tenhamos conhecido em algum momento da nossa vida.

Se temos um universo com, por exemplo, 20 depoentes, são 20 histórias exclusivamente singulares, únicas, complexas e diferentes umas das outras, principalmente se escolhermos trabalhar com as histórias de vida. Impossível e até mesmo negligente tomar uma ou duas falas como linha mestre que responderá à sua problemática inicial. Trabalhar com a pluralidade de fatos e sentimentos atribuídos a esses fatos é algo que requer paciência, leitura atenta e analítica, organização de quadros esquemáticos e cruzamento de dados. É nos permitirmos pensar da seguinte maneira: se 16 pessoas apresentam vivências similares acerca de um determinado evento e as outras 4 não, por que não se debruçar nessa diferença? É permitir inserir na pesquisa o campo das contradições, das confusões e das dissonâncias, dimensões que assustam o trabalho racional e objetivo do historiador. É onde os detalhes podem fazer muita



diferença e onde as informações mais simples, mas significativas, que se repetem a toda hora na fala do entrevistado, podem indicar algo que antes o historiador não havia pensado.

Por outro lado, chamo atenção para o fato de que pode ocorrer o que chamo de excesso de empatia e identificação. Acredita-se, em um primeiro momento, que os depoentes compartilham conosco dos mesmos e diversos sentimentos e reações ao mundo, que é o que possibilita existir entendimento, uns com os outros, e que constitui a fundação da nossa história compartilhada. Na tentativa de combater a ideia de um cientista desinteressado e neutro, dando lugar a um ser humano que tem vida e que respira, alguns historiadores sugeriram que o entrevistador-historiador deveria ser regularmente empático com o entrevistado, ressaltando o que eles têm em comum, para estabelecer uma aliança sólida no decorrer da entrevista. Embora esses profissionais tenham boas intenções (por exemplo, acabar com a crença da objetividade do historiador), as expressões de empatia podem limitar, posteriormente, as interpretações das fontes orais.

Há diversas situações, portanto, que podem dificultar a análise das informações contidas nas falas dos entrevistados. Uma delas é quando o entrevistador se identifica com as histórias, sentimentos, cotidiano e afetos relatados. As primeiras análises podem ser influenciadas por um certo entusiasmo por parte do historiador que, não só entrevista mas “dá as mãos aos seus depoentes”, formando uma cumplicidade entrevistado-historiador. É necessário se distanciar desses relatos, o que implica se distanciar momentaneamente das suas condições de identificação para analisar o discurso e suas representações dentro de uma historicidade.

Ocorreu-me esse excesso de identificação para com as minhas entrevistadas quando o assunto das nossas conversas dizia respeito à maternidade e vida profissional. Na época da pesquisa eu estava grávida e assim realizei boa parte das entrevistas. Creio que essa situação interferiu positivamente para que as historiadoras que foram mães compartilhassem suas experiências maternas e familiares comigo de maneira mais descontraída, articulando-as com a carreira. Essa situação, portanto, permitiu uma possibilidade que eu julgava uma das maiores dificuldades que poderia encontrar nas entrevistas: elas se sentiriam à vontade para compartilhar histórias de suas vidas privadas? Por outro lado, ao analisar as fontes transcritas, inicialmente pequei nos excessos cometidos sobre o “heroísmo das mulheres guerreiras” que conseguiram lidar ao mesmo tempo, em seus cotidianos, com a maternidade e a vida acadêmica. Interpretações rasas e superficiais caracterizaram primeiramente essa escrita interpretativa. Mas nada como uma boa orientação para nos alertar sobre nossas identificações projetivas que acabam interferindo na escrita histórica.

A análise das respostas obtidas demonstrou que, além do casamento, a experiência da maternidade foi recorrente para as historiadoras que se profissionalizaram no ambiente universitário a partir da década de 1970. Das 15 entrevistadas, 13 tiveram

filhos; e dessas 13, uma escolheu ser mãe adotiva. São mulheres que se casaram jovens e tiveram seus filhos e filhas enquanto faziam a graduação e pós-graduação, ou então eram professoras em início de carreira. Tinham à época entre 18 e 26 anos quando tiveram o primeiro filho, cuja experiência foi dividida com casamento, divórcio, graduação, mestrado, doutorado e trabalho docente.

Em linhas gerais, esse cenário implicaria três esforços: (1) o de se dedicar integralmente à vida acadêmica; (2) responsabilizar-se pelo cuidado dos filhos; e (3) competir com outros historiadores e historiadoras que não tinham filhos. Os conteúdos dos relatos acerca dessa experiência são múltiplos e complexos, visto que se capilarizam para diversos temas, como dificuldades de conciliação entre atividades profissionais e cuidado dos filhos, estratégias e resistências, maternidade transferida, sentimento de culpa, deslocamentos, renúncias, atraso na carreira, ressentimentos, negociações e constituição de redes de sociabilidade.

Apesar da diversidade de temas percebidos em suas narrativas, há um campo discursivo comum. São elaborações que compõem parte das condições de maternagem e do sentimento do amor materno. Em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), Elisabeth Badinter aborda não apenas a construção da ideia de amor materno e instinto materno, mas também a historicidade da mãe amorosa. Esse vínculo foi naturalizado como um sentimento atemporal e inquestionável, teve sua historicidade vinculada aos discursos insistentes e repetitivos proferidos desde a época de Rousseau por moralistas, romancistas, filósofos e médicos. As “provas de amor” maternas associam-se, conforme Badinter, com a ideia de sacrifício: “A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela” (Badinter, 1985, p. 202).

As histórias narradas pelas historiadoras da segunda geração acionam imagens fortes associadas à experiência da maternidade como a mãe guerreira, forte, dinâmica, disposta e que suporta as adversidades. O pai distante (ausente) e a mãe presente – ou a figura de avós, sogras, empregadas e babás – são os principais personagens na construção de suas narrativas. Em geral, as historiadoras compuseram um modelo de maternidade que se articulava perfeitamente à dedicação e ao esforço/enfrentamento do cotidiano, este organizado em torno dos filhos e da carreira acadêmica.

Mais que o casamento, a maternidade foi um tema narrado com notável entusiasmo e detalhes pelas historiadoras mães. De fato, quando deslocamos o olhar da vida profissional e acadêmica para a esfera pessoal, a maternidade ocupa lugar central para algumas delas. Assim como a vida profissional tornou-se um ponto de partida para a conquista de espaços e reconhecimento social, a maternidade também foi outra experiência na qual elas afirmam e dizem se sentir realizadas. Todavia, em número inferior, outras historiadoras não articularam a maternidade a uma experiência plena de realização pessoal. O silêncio, a pressa para encerrar o assunto ou a apatia em relação a esse tema indicam um outro tipo de experiência distante das expectativas sociais de que a maternidade é uma realização plena para as mulheres e que todas deveriam passar por

ela. Somado a isso, é possível levar em conta que suas experiências como mães podem ter sido dolorosas e difíceis, distantes do ideal do vínculo mãe-filho inquebrantável, harmonioso e feliz, distantes, portanto, daquele modelo criticado por Badinter (1985) e Forna (1999). Essas foram, sem sombra de dúvidas, as falas mais difíceis de serem elaboradas e trazidas para a entrevista, cujo momento foi marcado por tensão sentida por ambas as partes. Senti-me como tentando abrir portas que não podem ser abertas, e o limite foi imposto pela brevidade, silêncio ou mudança de assunto.

Percebe-se nesse conjunto de vivências um espectro variado de sentimentos: do orgulho à culpa, da alegria ao cansaço, da certeza à dúvida, do entusiasmo à apatia. Contudo, considerando as reflexões da filósofa Sarah Ruddick (1989, 1994), mencionadas por Ana Paula Vosne Martins (2005), sobre a maternidade e a construção da memória, é necessário compreender como a maternidade ultrapassa o terreno das emoções e conflitos. Para Ruddick, é uma prática que orienta modos de pensamento, incluindo sofisticadas operações lógicas sobre atividades de cuidado e de relação com os outros.

[...] o pensamento materno não é uma raridade. A maternidade é um projeto complexo que envolve muitas pessoas, prolongado no tempo, carregado de conflitos, que requer cooperação e está imerso em questões fundamentais como a sexualidade, a morte e a responsabilidade. Por que as mães não pensariam, não exerceriam uma atividade intelectual? (Ruddick *apud* Martins, 2005, p. 65).

Quando questionadas como foi o processo de cuidar dos filhos e trabalhar, eis que surge uma resposta generalizada, qual seja, “não sei como fiz, como dei conta”. Com muita dificuldade elas se lembram do cotidiano que tinham, dividido entre casa e universidade. Mas nas fissuras de suas memórias, elas demonstram que apelaram a diferentes estratégias, visto que os pormenores, sempre associados a um caráter heroico, que consideraram importantes foram compartilhados nas entrevistas. Com efeito, a referência às numerosas colaborações que receberam em suas vidas é mencionada como fator fundamental. Em primeiro lugar aparece a figura da avó, em segundo, babás ou empregadas, em terceiro, amigas, vizinhas e, por último, o pai das crianças. Nenhuma colocou os filhos em creches antes deles completarem uma idade mais avançada. A maternidade, portanto, foi uma experiência necessariamente compartilhada com uma rede de solidariedade constituída, a fim de tornar possível a vida acadêmica.

## A repressão e a ressignificação

Normalmente o depoente conta uma história a respeito de si próprio que é bastante parcial, em dois sentidos. Ele pode deixar de lado uma boa parte da história, pois

sente que não é importante, pertinente ou agradável para si mesmo. Ou simplesmente apresenta a história como se desempenhasse um papel cristalino de herói, de vítima, de “bonzinho”, ou (menos comumente) de idiota ou criminoso. Em outros casos, os fatos narrados parecem curtos demais e com poucos detalhes acerca dos fatos e sentimentos.

De modo geral, a história que os depoentes contam é sempre gradativa, fragmentada, cheia de lacunas e buracos, e essencialmente compreensível como um todo apenas para ele mesmo, pois só ele está a par do que deixou de falar. Mesmo assim, ele pode ficar indeciso, ou ter dúvidas, sobre sua própria participação na história. Na entrevista, talvez tente convencer o historiador de algum fato ou circunstância que transcorreu no passado, e desse modo se convencer de que foi vítima de uma determinada situação, mas talvez não endosse totalmente tal opinião, intimamente. Numa escuta efetiva, um dos trabalhos do historiador é garantir que a parte dele que não endossa totalmente esse ponto de vista possa expressar também, por que não?

Muitas vezes, a história contada simplesmente não faz sentido para o ouvinte ou é incompleta, porque muito foi deixado de fora. A tarefa do historiador, nesses casos, é conduzir o depoente a preencher as lacunas (que remetem à opinião de Freud de que o principal objetivo de uma análise é preencher as lacunas na história do paciente, (Freud, 2014, p. 377)). Em outros casos, todavia, a história é narrada ordenadamente, trazendo muitas informações detalhadas e concatenadas, como se tivesse um belo laço em cima. De fato, o depoente pode se mostrar extremamente satisfeito com sua explicação sobre o evento em questão, e se o historiador identifica esse afeto no final da entrevista, seria interessante ficar com uma pulga atrás da orelha: alguma coisa pode não estar se encaixando, tem algo a mais no modo como essa narrativa tão bem elaborada foi feita pelo entrevistado. O problema não é com a história em si, mas com o fato de ter sido dita de maneira tão confiante, ordenada e completa. Por trás de um discurso pleno e bonito, o que o depoente pode esconder? Ou o que ele intenciona passar? Qual é a imagem que quer que tenhamos dele?

Se podemos dizer que há, realmente, algo em particular que o historiador escuta, é aquilo que não se encaixa, que não faz sentido, ou ao contrário, o que parece fazer sentido demais e, portanto, soa problemático. Baseando-se nas teorias psicanalíticas que tem como objetivo principal trabalhar com o que é reprimido pelo paciente, tudo isso pode estar ligado à *repressão*. Quando o entrevistado narra sua história suprimindo certos elementos, pode ser que o faça conscientemente, sabendo que procura se mostrar ao historiador de determinada maneira (ora agradável, ora desagradável), mas ele também pode estar fazendo isso inconscientemente, por razões das quais não esteja ciente. Similarmente, ele pode ter se esquecido de certos elementos da história e poderá lembrá-los somente após considerável tempo passado. Não foi incomum algumas historiadoras me procurarem meses depois da entrevista para contar, por *e-mail*, algo que “ficou de fora” e que elas julgavam como elementos importantes para contar. Dessa forma, deixar um caminho aberto para uma possível comunicação futura não é uma

má ideia, pelo contrário.

A repressão é a luz que guia a psicanálise, e se me permite a natureza paradoxal da metáfora ou a transposição desse conceito para pensarmos a metodologia da História Oral, usaria facilmente a repressão para entender a situação psicológica dos entrevistados durante a entrevista. Tudo que fazemos como entrevistadores, tal como os analistas, deveria ser projetado para chegar ao reprimido de forma mais ou menos direta, principalmente quando tratamos de histórias de vida e de vivências traumáticas ocorridas no passado. Por esse motivo é que nosso foco está constantemente no que ficou fora da equação, fora da história, fora do quadro que o entrevistado relata de si mesmo e de sua vida (Fink, 2017). Por esse motivo damos atenção especial aos detalhes que ficaram “acidentalmente” fora da história quando contada pela primeira vez. É por isso que, ironicamente, nossos ouvidos se animam quando o entrevistado de repente não consegue se lembrar do nome da sua melhor amiga. Ou quando ele não se lembra o que fez após um evento seriamente importante. Por isso, como afirma Fink, ficamos intrigados quando uma sentença é interrompida e reiniciada de uma outra forma (nosso interesse está na interrupção da narrativa e não na continuidade). Por esse motivo, por que não dar um peso extra aos elementos que aparecem fora da entrevista? É por isso que o comentário precipitado ou improvisado feito depois da mesma, já indo para a porta, chega a ser um dos mais importantes, como diz Portelli (1997). Durante nosso trabalho como historiadores orais aprendemos a encontrar significados naquilo que nos dizem. Tal como os psicanalistas, discutimos até que ponto devemos preencher as lacunas, completar palavras que faltam, retificar a gramática e corrigir disparates – e fazemos tudo isso em nossas cabeças, sem nem mesmo termos consciência, na maioria das vezes (Fink, 2017). É um desafio completamente intersubjetivo, encontro de suas pessoas, dois afetos, duas demandas, duas expectativas; em que existe o rigor metodológico e ético implicados no processo desse trabalho, mas que também envolve subjetividades intercambiáveis e próprias de uma escuta efetiva.

Outra discussão importante seria a possibilidade de perceber se há ressignificações nas narrativas. Ou seja, considerando que o conteúdo da memória é o mesmo, mas que as interpretações acerca desse conteúdo podem mudar no decorrer da vida do sujeito, de que forma poderíamos perceber e articular diferentes ressignificações com as mudanças dos processos históricos que fazem parte da história do indivíduo? Não é uma tarefa tão fácil, pois demandaria que o sujeito estivesse minimamente consciente das mudanças sobre as impressões e interpretações que ele mesmo atribui aos fatos passados.

Em carta enviada ao seu amigo Fliess em dezembro de 1896, Freud apresenta uma teoria não linear de aparelho psíquico na qual se destaca a tendência à transformação das marcas mnêmicas:

[...] Tu sabes que trabalho com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico se gerou por uma estratificação sucessiva, pois de tempo em tempo o material pré-

existente de marcas mnêmicas experimenta uma reordenação segundo novos nexos, uma retranscrição. O essencialmente novo em minha teoria é, então, a tese de que a memória não pré-existe de maneira simples, senão múltipla, está registrada em diversas variedades de signos. (Freud, 1977, p. 274).

A diferença do que se poderia ponderar em um primeiro momento, isto é, que nosso "baú" da memória se constituiria apenas pela "deposição" de eventos que seriam armazenados subsequentemente e conforme cada época da vida, Freud sugeriu que um mesmo registro pode suportar diferentes transcrições à medida que as lógicas do desenvolvimento se sucedem. Então, para além de um registro oral acerca de um acontecimento ou vivência, temos também os sentidos que a pessoa atribui aos mesmos e que podem se modificar com o tempo. Sentidos estes que, por sua vez, são marcados pelos processos históricos, culturais e políticos que permeiam a vida do sujeito.

Em alguns casos, a ressignificação pode ocorrer no final da entrevista e isso é algo muito surpreendente para nós, historiadores orais. Na minha pesquisa, para as historiadoras que não tinham familiaridade com os estudos de gênero e feminismo, que estabeleceram suas carreiras acadêmicas em outros campos da historiografia, a noção de que o fato de serem mulheres impactou a forma como suas trajetórias foram trilhadas passou por uma nítida transformação, ou melhor, ressignificação, no término da entrevista. Se no começo da entrevista elas não tinham essa noção como clara e certa, no término da mesma, depois de rememorar e verbalizar incontáveis vivências no meio acadêmico/universitário, a condição de ser mulher foi trazida à consciência e refletida de maneira diferente. "Ora, ora, no começo eu achava que o fato de ser mulher não significava muito para entender a trajetória de um historiador, mas agora, depois dessas duas horas, não é que realmente faz mais sentido para eu entender certas coisas que aconteceram?", indaga uma das minhas entrevistadas (Liblik, 2019).

A ideia de que podemos ressignificar nossas memórias evita que a concepção psicanalítica da história do sujeito se reduza a um determinismo linear que, por considerar somente a ação do passado sobre o presente, determine que todo o destino do ser humano está decidido (Liebermann, 2014). Esse modelo da mente/memória se associa à ideia de Laplanche (1996) de que o sujeito se dirige ao futuro porque possui a habilidade de teorizar e de traduzir a si mesmo. E no final das contas, no término de uma entrevista, é o que o depoente acaba por fazer: teorizar e traduzir sua história de vida, suas vivências, para seu entrevistador.

Os eventos mais significativos da vida de alguém representam a ocasião para questionar e causar tensão na versão presente, voltando-se para um passado em busca de uma melhor tradução do mesmo passado (que englobe mais, que seja menos repressora e que apresente meios renovados). Em outras palavras, a capacidade de ressignificação possibilita o sujeito libertar-se do destino exclusivo da repetição (Liebermann, 2014). Para Baranger, Baranger e Mom (1988), esse modelo se afasta da noção de uma causalidade mecânica baseado em uma temporalidade linear passado/presente e se

aproxima de um conceito dialético de causalidade e de uma temporalidade em espiral, na qual futuro e passado condicionam e significam um ao outro na estruturação do presente. A concepção transformadora do aparelho psíquico, enfatizando a capacidade de atribuir novos significados às marcas mnêmicas, é o que sustenta a possibilidade da ação específica da prática baseada na teoria psicanalítica: se não existisse essa retroatividade, não seria possível modificar nossa história e, dessa forma, o tratamento não teria futuro (Liebermann, 2014). Para nós, historiadores orais, os fatos são os mesmos, não mudam, mas as interpretações que as pessoas oferecem aos mesmos, essas sim, podem se transformar de acordo com o tempo.

## Tempo e memória

Na dissertação de mestrado de Fernanda Azeredo de Moraes (2012), salta aos olhos o exercício de alteridade em relação às suas entrevistadas, no caso quatro antropólogas brasileiras. No meu livro (Liblik, 2019), reafirmo a mesma experiência intersubjetiva, pois travei contato com historiadoras e historiadores e seus relatos, pessoas que poderiam ter sido meus professores e minhas professoras e que estiveram em eventos dos quais participei, bem como escreveram livros e artigos lidos por mim ao longo de minha formação. Quando ainda estava na graduação, eu compartilhava de um imaginário idealista sobre ser historiadora e, de certo modo, um tanto quanto romantizado; refletir sobre esse imaginário seria um exercício importante no momento em que eu estava à frente de minhas entrevistadas e meus entrevistados, pois indicaria o quanto as construções de nossas próprias imagens e a dos outros vão se modificando com a passagem do tempo.

Nos depoimentos, entrevistas e memoriais, suas experiências foram narradas obliterando acontecimentos e enaltecendo outros. Os entrevistados revelaram também discordâncias, caminhos inesperados e reconstruções, por exemplo, as trocas de mensagens com uma determinada historiadora que forneceu, posteriormente, informações privilegiadas, não compartilhadas durante a entrevista, justamente porque naquele momento sua memória “não colaborou”.

Trabalhar com história de vida é se ver nesse espaço entre o dito e o quase dito, entre o que foi lembrado, o que transbordou e o que foi esquecido ou foi silenciado naquele momento do lembrar. Trabalhar metodologicamente e reflexivamente com a História Oral é também enfrentar o momento da escuta e da transcrição de entrevistas com pessoas que logo depois, inesperadamente, falecem, como foi o caso do professor Edgar Salvadori de Decca. Sua morte ocorreu exatamente um ano depois do nosso encontro e quando dela tomei conhecimento descobri que ele enfrentava uma doença há algum tempo. Nesse momento compreendi porque tive a sensação, ao voltar para

Curitiba (PR), de que a entrevista com ele foi diferente das demais. Ficou claro para mim depois que ele teve a intenção de compartilhar uma história única, singular, partindo da perspectiva da superação, do vários enfrentamentos ao longo da vida e das conquistas. Nesse depoimento, Edgar não se fez de rogado ao afirmar que venceu na vida acadêmica (referindo-se com muita frequência ao livro que o projetou na historiografia brasileira, *1930 - O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*, de 1981), dando um depoimento para não ser esquecido.

Um dos eixos mobilizadores específicos da História Oral que muitos historiadores recorrem em suas pesquisas para o tratamento dos depoimentos refere-se ao campo da memória. Como vimos, é um processo que contém inúmeras camadas e possibilidades narrativas. De um modo geral, a rememoração e a verbalização do passado constituem-se como um processo amplo e seletivo por parte do depoente no presente, de tal forma que a seletividade e o tratamento que o depoente oferece aos fatos ocorridos no passado nos interessam muito.

Confesso que as noções de “quadros sociais da memória”, de Maurice Halbwachs (2006), “memória geracional”, de Joël Candau (2012), e “memória e identidade social”, de Michael Pollak (1992) são categorias mobilizadoras muito caras para mim, no sentido de se pensar historicamente as narrativas produzidas pelos meus entrevistados. Na minha pesquisa, as memórias estão articuladas ao seu grupo de relacionamento, à família e às instituições: são grupos, portanto, de referência e que sempre nos ajudam a compreender historicamente como diferentes gerações vivenciaram situações do passado. Por meio dessas referências, é possível verificar uma história social bem desenvolvida, pois elas atravessaram um determinado campo, ou melhor, *ethos* profissional, com características bem marcadas e conhecidas. Tanto os quadros de referência ligados à academia quanto à cultura e a sociedade são igualmente reconhecíveis e distinguíveis em suas falas. Percebe-se também nas entrevistas a menção às características da geração de historiadores da qual eles se sentem herdeiros.

A memória é pensada como um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto coletiva quanto individual, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si. Essa construção, porém, não está isenta de mudanças, de negociação e de transformação em função dos outros. Se notamos que os depoentes buscam desenvolver uma lógica linear e racional em seus relatos, é verdade também que ela é logo “perturbada” pelas suas próprias reflexões e pelos intrincados caminhos da memória. Nisso, a memória se articula com os elementos da biografia. Dito de outro modo, memória e biografia são conceitos essenciais quando nos propomos a refletir sobre história de vida e narrativas reflexivas do eu, pois elas são um caminho de recuperação, esquecimento e recriação de identidades e temporalidades imbricadas na tessitura das narrativas (Kofes, 2001).

Para Pierre Bourdieu, falar de história de vida e de biografia significa pressupor



que a vida é um todo compreensível, um caminho linear e unidirecional formado por um conjunto de acontecimentos necessariamente encadeados e dependentes uns dos outros. O efeito dessa narrativa é ilusório, uma vez que o *self* torna-se como uma entidade em que o presente é a soma total do passado e o passado uma previsão exata do futuro. O sujeito torna-se um “ideólogo de sua própria vida”, diz Bourdieu (1996), articulando elementos em uma fala não cronológica e linear, mas que segue uma lógica de inteligibilidade, de maneira a criar uma coerência com um objetivo não só identitário, mas também discursivo. A “ilusão biográfica”, como aponta Bourdieu, é necessária para a construção de coerência do eu, mesmo que esta seja apenas ilusória e sempre incompleta. A fala (e também a escrita) autobiográfica, para além de realizar objetivos, aponta para brechas, falhas, hiatos, ela problematiza a identidade mais do que a dá por garantida (Benstock, 1999). É dessa maneira, por meio da memória e do gênero biográfico, que pretendemos reconhecer as características específicas das fontes analisadas.

Em termos psicanalíticos, sabemos que os relatos lineares e cronológicos procuram dar conta da necessidade de uma história lógica, coerente e condizente com a tendência sintética do ego. No entanto, as histórias pessoais contêm uma mescla de fragmentos de verdades parciais e, algo pouco falado no campo da História Oral, as fantasias que constituem o psiquismo humano, temperados pelas transformações do funcionamento do aparelho psíquico no decorrer do desenvolvimento da história de vida da pessoa e, como tínhamos dito antes, pela repressão, que terá influência no “roteiro escolhido” para contar sua vida.

Segundo Libermann (2014), essa visão de uma memória não linear, com tempos que se conectam, aparece também em um artigo de Freud, chamado *Sobre as lembranças encobridoras*. Nele, Freud se refere a recordações de períodos remotos da vida, as quais contradizem o fato de que as lembranças aparecem em épocas mais tardias. Essas rememorações se referem a acontecimentos triviais, irrelevantes, o que também seria contrário à ideia de que as memórias mais prováveis de se lembrar são aquelas de eventos marcantes do ponto de vista emocional.

Freud conclui que essas memórias triviais de períodos tão precoces da vida representariam, na realidade, impressões de tempos posteriores e/ou anteriores às quais as primeiras estariam conectadas por elos simbólicos ou análogos. Por isso, ele as denominou lembranças encobridoras. Os fatos mais importantes não foram esquecidos e sim omitidos devido a uma tensão entre um fluxo que se esforça por lembrar e outro que trabalha no sentido contrário. Como essas forças não se excluem, a consequência do conflito é um acordo em função da qual “emerge outra lembrança de característica trivial, muitas vezes deslocada no tempo, sem os conteúdos importantes, mas com uma ligação associativa com a memória original” (Libermann, 2014, p. 89).

Freud adverte ainda que as lembranças encobridoras não seriam invenções do sujeito, mas veiculariam um grau de adulteração, uma vez que transferem um

determinado fato para um período ou lugar em que ele não aconteceu, ligam ou substituem imagens de pessoas, ou juntam cenas de tempos diferentes em uma só. Tudo isso com o objetivo de evitar o contato com memórias desagradáveis.

No final desta colaboração, gostaria de tecer um breve paralelo entre a Psicanálise e a História. Numa analogia com a origem da escrita da História, Freud dirá que os homens, ao desejarem compreender de onde vieram e como chegaram até o presente, interpretam as características do passado que sobreviveram nas fontes históricas para criar a História Antiga. Para ele, esta jamais será um quadro verdadeiro do passado, não só porque muita coisa se perdeu ou sofreu distorção, como porque a escrita não deixa de ser expressão dos desejos, indagações e crenças do tempo presente, ou como vimos, das subjetividades do próprio historiador. A história que se constrói expressa os desejos atuais desse investigador e se situa na confluência do passado com o presente, reordenando os acontecimentos e vínculos atuais com que esse passado pode atualizar-se numa escrita histórica.

## Referências

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARANGER Madeleine, BARANGER, Willy, MOM, Jorge Mario. The infantile psychic trauma from us to Freud: pure trauma, retroactivity and reconstruction. *International Journal Psychoanalysis*, n. 69, p. 113-128, 1988.
- BENSTOCK, Shari. The female self engendered: autobiographical writing and theories of selfhood. In: BROWNLEY, Martine Watson; KIMMICH, Allison B. (Ed.). *Women and autobiography*. Wilmington: Scholarly Resources Inc., 1999. p. 5-14.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- CANAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- FINK, Bruce. *Fundamentos da técnica psicanalítica: uma abordagem lacaniana para praticantes*. São Paulo: Blucher: Karnac, 2017.
- FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- FREUD, Sigmund. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess: 1892-1899. In: FREUD, Sigmund. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1899)*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 1). p. 129-211.

FREUD, Sigmund. A fixação no trauma, o inconsciente. In: FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917). Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras Completas, 13). p. 364-380.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

LAPLANCHE, Jean. Temporalidad y traducción: para um retrabajo de la filosofía del tiempo. In: LAPLANCHE, Jean. *La prioridad del outro em psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorroutu, 1996. p. 45-64.

LIBERMANN, Zelig. Tempo, memória e ressignificação. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, v. 15, n.3, p. 83-90, 2014.

LIBLIK, Carmem Silva da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. *História da Historiografia*, Ouro preto, v. 5, n. 10, p. 247-259, 2012.

MARTINS, Ana Paula. Memórias maternas: experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 61-76, jul./dez. 2005.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-49, 1997.

PROCHASSON, Christophe. Les jeux du « je »: aperçus sur la subjectivité de l'historien. *Sociétés & Représentations*, n. 13, p. 207-226, 2002.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história - fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: EDUSC, 2003.

Artigo publicado como parte da premiação do II Prêmio ABHO de Teses Ecléa Bosi (2020), no qual a autora recebeu menção honrosa.

**Fonte de financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Bolsa.

**Conflitos de interesse:** nada a declarar.